



## DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

### 1. ENTE

<b>Nome:</b>	Govorno do Estado de São Paulo / SP	<b>CNPJ:</b>	46.379.400/0001-50
<b>Endereço:</b>	Avenida Rangel Pestana nº 300	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	Centro	<b>CEP:</b>	01091-111
<b>Telefone:</b>	(011) 3243-3484	<b>Fax:</b>	
		<b>E-mail:</b>	gsmatos@fazenda.sp.gov.br

### 2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

<b>Nome:</b>	Renato Villela	<b>CPF:</b>	603.258.877-72
<b>Cargo:</b>	Secretário	<b>Complemento do Cargo:</b>	da Fazenda
<b>E-mail:</b>	gabsec@fazenda.sp.gov.br	<b>Data Início de Gestão:</b>	01/01/2015

### 3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

<b>Nome:</b>	São Paulo Previdência - SPPREV	<b>CNPJ:</b>	09.041.213/0001-36
<b>Endereço:</b>	Rua Bela Cintra, nº 657	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	Consolação	<b>CEP:</b>	14150-03
<b>Telefone:</b>	(011) 3214-9045	<b>Fax:</b>	(011) 3214-9186
		<b>E-mail:</b>	arobles@sp.gov.br

### 4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

<b>Nome:</b>	José Roberto de Moraes	<b>CPF:</b>	519.074.888-04	<b>Data Início de Gestão:</b>	24/03/2012
<b>Cargo:</b>	Presidente	<b>Complemento do Cargo:</b>			
<b>Telefone:</b>	(011) 3214-9001	<b>Fax:</b>		<b>E-mail:</b>	jrmoraes@sp.gov.br

### 5. GESTOR DE RECURSOS

<b>Nome:</b>	Andre Moura Robles	<b>CPF:</b>	290.842.738-93	<b>Data Início de Gestão:</b>	11/07/2012
<b>Cargo:</b>	Gerente	<b>Complemento do Cargo:</b>	Finanças e Contabilidade		
<b>Telefone:</b>	(011) 3214-9045	<b>Fax:</b>	(011) 3214-9186	<b>E-mail:</b>	arobles@sp.gov.br
<b>Entidade Certificadora:</b>	Anbima			<b>Validade Certificação:</b>	09/12/2018

### 6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

<b>Nome:</b>	Andre Moura Robles	<b>CPF:</b>	290.842.738-93
<b>Telefone:</b>	(011) 3214-9045	<b>Fax:</b>	(011) 3214-9186
<b>Data de envio:</b>	28/12/2015	<b>E-mail:</b>	arobles@sp.gov.br

**7. DEMONSTRATIVO**

Exercício: 2016

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: Andre Moura Robles

CPF: 290.842.738-93

Data da Elaboração: 30/11/2015

Data da ata de aprovação: 04/12/2015

Órgão superior competente: Conselho de Administração

**Meta de Rentabilidade dos Investimentos**

Indexador: Outros Taxa de Juros: 5,00 %

Divulgação/Publicação: ( X ) Meio Eletrônico ( ) Impresso

**RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
<b>Renda Fixa - Art. 7º</b>		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	100,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	80,00	0,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	0,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	0,00
FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	5,00	0,00
<b>Renda Variável - Art. 8º</b>		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	0,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	0,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	0,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	0,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	0,00
<b>Total</b>		100,00

### **Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos**

PANAROMA INTERNACIONAL: A Ata da 194ª reunião do Copom ocorrida nos dias 20 e 21 de outubro de 2015 destacou o seguinte cenário: A) o ambiente externo permanece complexo, com episódios de maior volatilidade afetando importantes economias emergentes, mas identifica baixa probabilidade de ocorrência de eventos extremos nos mercados financeiros internacionais. As perspectivas indicam recuperação da atividade em algumas economias maduras e intensificação do ritmo de crescimento em outras. Principais destaques - Europa: ações de política monetária recentes, altas taxas de desemprego, aliadas a consolidação fiscal e a incertezas políticas, constituem elementos de contenção de investimentos e do crescimento; Estados Unidos da América: consolida-se a visão de sustentabilidade da recuperação da atividade; China: ritmo de atividade tem sido revisado para baixo, com destaque para a perda de dinamismo. B) Petróleo e Commodities agrícolas: o preço do barril de petróleo tipo Brent manteve-se próximo a US\$ 50. Convém destacar que a complexidade geopolítica que envolve o setor tende a acentuar o comportamento volátil dos preços, que é reflexo, também, da baixa previsibilidade de alguns componentes da demanda global e da oferta; o Índice de Preços de Alimentos, calculado pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), recuou 18,9% em doze meses até setembro de 2015; os preços das commodities agrícolas aumentaram 2,14% na comparação setembro – outubro.

PANORAMA NACIONAL: Possibilidade de persistência da inflação, o que reflete, em parte, a dinâmica dos preços no segmento de serviços e, no curto prazo, o processo de realinhamento dos preços administrados (16,35% nos últimos doze meses) e choque temporários de oferta no segmento de alimentação e bebidas (10,04% nos últimos doze meses); contração na atividade do setor de serviços e na produção industrial (-5,7% no últimos 12 meses); queda de empregos no setor privado – dados do Ministério do Trabalho e Emprego mostram redução de 572,8 mil postos de trabalho formais no acumulado do ano; queda no volume de novos negócios do setor privado; queda nos índices de Confiança dos Serviços, Comércio, Indústria e do Consumidor; mantido o cenário de taxa de câmbio em R\$ 3,85/US\$ e da taxa SELIC em 14,25% ao ano houve elevação da projeção de inflação para 2016, permanecendo acima da meta de 4,5 % fixada pelo Conselho Monetário Nacional; taxas de inflação elevadas reduzem o potencial de crescimento da economia, bem como o de geração de empregos e de renda.

O Copom na sua Ata da reunião 194ª destacou que, em conformidade com o processo de ajuste macroeconômico em curso, os indicadores disponíveis mostram que as taxas de crescimento da absorção interna e do PIB continuaram a se ajustar e confirmam que o ritmo de expansão da atividade doméstica em 2015 será inferior ao potencial. No médio prazo mudanças importantes devem ocorrer na composição da demanda e da oferta agregada. O consumo tende a crescer em ritmo moderado e os investimentos tendem a ganhar impulso.

Projeção a médio prazo: o cenário de maior crescimento global, combinado com a depreciação do real, tende a favorecer o crescimento da economia brasileira. Por óbvio que esse “crescimento” depende, fundamentalmente, de uma trajetória de “superavit” primários que fortaleça a percepção de sustentabilidade do balanço do setor público, além da redução de incertezas que cercam o ambiente doméstico. Tendo em vista o cenário macroeconômico, as perspectivas para a inflação e o atual balanço de riscos o Copom decidiu manter a taxa Selic em 14,25% a.a, sem viés. O Comitê entendeu que a manutenção desse patamar da taxa básica de juros por período suficientemente prolongado, é necessária para a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante da política monetária.

### **Objetivos da gestão**

Diante do Panorama internacional, bem como da projeção para economia brasileira em 2016, esta gestão optou, assim como nos anos anteriores, por princípios conservadores de investimento, com foco em títulos de emissão do Governo privilegiando a segurança dos investimentos (art. 7º, I, "b", da Resolução CMN nº 3.922/2010). Convém ressaltar, que as cotas de fundos de investimento, representadas exclusivamente pelos títulos de emissão do Tesouro Nacional, oferecem garantias e liquidez em linha com a estratégia a ser adotada pelo RPPS, além de possuírem baixa volatilidade. Os custos de gestão não devem ultrapassar 1,00% ao ano. Convém ressaltar ainda, que em novembro de 2015 o Copom apontou para uma elevação da projeção para a inflação para 2016, permanecendo acima da meta de 4,5% fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), desta forma preocupado com a pressão inflacionária, decidiu manter a taxa Selic em 14,25% a.a, sem viés.

Conclui-se dessa forma, que em razão da alta projeção da inflação, acima da meta, somada aos investimentos em renda fixa (D+0 e baixo risco) a tarefa de atingimento do parâmetro de rentabilidade de 5,00% ao ano dificilmente será atingida.

### **Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos**

Os ativos adquiridos serão avaliados mensalmente visando:

Apurar se há necessidade de revisão da política de investimentos vigente em decorrência de fatos conjunturais relevantes;

Verificar se há mudança relevante da conjuntura econômica, relacionando-a com a carteira de investimentos aplicada pela SPPREV;

Monitorar a adequação dos investimentos do RPPS à política de investimentos anual;

Monitorar a carteira de investimentos quanto aos aspectos de enquadramento legal e àqueles relacionados ao desempenho desses investimentos, visando as melhores estratégias para o cumprimento da meta atuarial.

Em suma o ativo a ser adquirido deve ter meta de rentabilidade compatível com a do RPPS, além de oferecer baixo risco, caso deixe de cumprir tal requisito deverá ser substituído por outro semelhante.

### **Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável**

O Decreto do Governo do Estado de São Paulo Nº 60.244, de 14 de março de 2014, designou o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro do tesouro estadual, obrigatoriedade esta extensível à Administração Indireta, conforme disposto no seu art. 4º: "As entidades da administração indireta deverão aderir às condições previstas no instrumento jurídico celebra do com o Banco do Brasil S.A., respeitada a autonomia das universidades e as peculiaridades das companhias abertas controladas pelo Estado". Na mesma linha seguiu o Acordo Base de Parceria Institucional firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco do Brasil ( Cláusula Segunda - o exercício da função de agente financeiro pelo Banco do Brasil abrangerá necessariamente a centralização das aplicações das disponibilidades de caixa das Autarquias aderentes ao Contrato). Em que pese a obrigatoriedade de contratação com o Banco do Brasil este deverá apresentar segregação bem definida entre gestão de investimentos e tesouraria, além de oferecer produtos compatíveis com as metas de rentabilidade fixados na política de investimentos, com os menores custos, em especial, quanto à taxa de administração.

### **Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos**

A carteira de renda fixa deve ser avaliada mensalmente através de reuniões com os gestores dos recursos. Para fins comparativos imprescindível um contínuo acompanhamento das outras opções disponíveis no mercado de capitais.

**Observações**

O RPPS do Estado de São Paulo prevê planos de benefícios definidos, sendo assim, os benefícios futuros não serão projetados em razão da meta atuarial, mas sim da evolução da legislação do ente federativo em comento. Não podemos olvidar que, esse regime financeiro pressupõe o equilíbrio financeiro-atuarial constante, pois se confronta as receitas de contribuições com as despesas com os benefícios, e no caso de insuficiências aportes extraordinários serão efetuados por conta do Estado (art. 27 da Lei Complementar nº 1.010/2007). Dito isto podemos concluir que o plano de benefícios da São Paulo Previdência, encontra-se em situação financeira-atuarial equilibrada. Notamos ainda que o Estado de São Paulo vale-se do regime de repartição e não do regime de capitalização. A grande diferença entre esse dois sistemas é que o de repartição traz como principal característica a solidariedade entre os beneficiários, ou seja, os servidores ativos contribuem para o pagamento dos benefícios do grupo em inatividade e pensionistas, quando os servidores da ativa chegarem à inatividade ou mesmo gerarem uma pensão, novos servidores da ativa estarão contribuindo e arcando com o pagamento destes benefícios e assim por diante. O regime de capitalização por sua vez tem como característica principal a individualidade, cada segurado contribui para o seu próprio benefício futuro.

Ressaltamos que, no dia 13 de agosto de 2015, foi apresentado, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Projeto de Lei nº 1.133 dispendo sobre a destinação da receita proveniente da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural ao Fundo com Finalidade Previdenciária da São Paulo Previdência – SPPREV. As estimativas de recebimento de valores relativos aos Royalties e Participação Especial, de acordo com informações recebidas da Secretaria da Fazenda, indicam receita anual média de R\$ 1,4 bilhão ou R\$ 2,2 bilhões no período de 2016 a 2020. Destacamos que no dia 23 de novembro de 2015, o Projeto de Lei nº 1.133 foi convertido na Lei nº 16.004, oficializando, desta forma, a destinação das receitas provenientes da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural a SPPREV.

Em que pese o ingresso dessa “nova” receita com Royalties e Participação Especial, a partir do exercício 2015, na SPPREV, tendo em vista o regime de repartição simples adotado pelo Estado de São Paulo, podemos concluir que os recursos auferidos com a carteira de investimentos do Regime Próprio de Previdência do Estado de São Paulo não terão como destinação garantir a manutenção do regime, mas sim, assegurar o valor real dessas disponibilidades.

**Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes**

<b>Representante Legal do Ente:</b>	603.258.877-72 - Renato Villela	<b>Data:</b> __/__/__	<b>Assinatura:</b>
<b>Representante Legal da Unidade Gestora:</b>	519.074.888-04 - José Roberto de Moraes	<b>Data:</b> __/__/__	<b>Assinatura:</b>
<b>Gestor de Recurso RPPS:</b>	290.842.738-93 - Andre Moura Robles	<b>Data:</b> __/__/__	<b>Assinatura:</b>
<b>Responsável:</b>	290.842.738-93 - Andre Moura Robles	<b>Data:</b> __/__/__	<b>Assinatura:</b>